

REUFPI

Revista de Enfermagem da UFPI

ISSN 2238-7234

EDITORIAL / EDITORIAL / REDACCIÓN



Maria Zélia Araújo Madeira. Enfermeira. Doutora em Ciências Médicas (UNICAMP). Professora do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí. Email: zeliamadeira15@yahoo.com.br

Marcos legais para garantir a segurança do paciente

O Brasil é um dos países que compõem a Aliança Mundial para a Segurança do Paciente, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde, em 2004. O principal propósito dessa aliança é instituir medidas que aumentem a segurança do paciente e a qualidade dos serviços de saúde, fomentado pelo comprometimento político dos Estados signatários⁽¹⁾.

A segurança do paciente vem sendo desenvolvido sistematicamente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para proteger a saúde da população e intervir nos riscos advindos do uso de produtos e dos serviços a ela sujeitos, por meio de práticas de vigilância, controle, regulação e monitoramento sobre os serviços de saúde e o uso das tecnologias disponíveis para o cuidado⁽²⁾.

O Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) foi lançado em 1º de abril de 2013, por meio da Portaria nº 529 do Ministério da Saúde, que definiu os conceitos relevantes na área da Segurança do Paciente e as principais estratégias para implementação do programa: suporte à implementação de práticas seguras nos hospitais, criação de um sistema de notificação de incidentes, elaboração de protocolos e promoção de processos de capacitação, ou seja, medidas para prevenir e reduzir a ocorrência de incidentes nos serviços de saúde - eventos ou circunstâncias que poderiam resultar ou que resultaram em dano desnecessário para o paciente⁽³⁾.

Desse modo, o PNPS implanta seis protocolos no sentido de orientar os profissionais na ampliação da segurança do paciente nos serviços de saúde,

são eles: Cirurgia segura; prática de Higiene das mãos em serviços de saúde; Prevenção de úlceras por pressão; Prevenção de quedas em pacientes hospitalizados; Identificação do paciente e Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos.

Relacionado também a segurança do paciente a RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde. Trata-se de uma medida obrigatória em todos os hospitais do país, públicos e privados, criarem os Núcleos de Segurança do Paciente⁽⁴⁾. Estes núcleos deverão promover ações para a implantação da gestão de risco no serviço de saúde, com vistas à segurança do paciente, e a integração e articulação multiprofissional nos processos de gerenciamento e gestão de riscos. Como também implantar e monitorar o uso dos Protocolos de Segurança do Paciente.

A segurança é o primeiro domínio da qualidade na assistência à saúde. Não há como oferecer uma boa assistência médico-hospitalar se esta não for feita com segurança. Como por exemplo, no hospital é preciso reduzir as taxas de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) e seguir o Protocolo de cirurgia segura, com a finalidade reduzir a ocorrência de incidentes e eventos adversos e a mortalidade cirúrgica, possibilitando o aumento da segurança na realização de procedimentos cirúrgicos, no local correto e no paciente correto, a prevenção da ISC é necessária à segurança do paciente e ao salvamento de vidas⁽⁵⁻⁶⁾.

Nenhum gerenciamento de risco assistencial é eficaz se a instituição não for capaz de olhar suas falhas com clareza e isenção, sem juízo de valor, entendendo que em sua maioria, as falhas e os

erros não são por culpa isolada de uma pessoa, mas sim um problema sistêmico que envolve os processos sobre os quais a instituição se apoia.

A enfermagem sempre na busca de melhoria na qualidade da segurança do paciente, por meio de suas organizações e sociedades, dentre elas a Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança (REBRAENSP) uma estratégia de vinculação e cooperação no desenvolvimento dos cuidados de saúde, gestão, pesquisa e informação, e educação permanente da enfermagem, com a finalidade de contribuir para a promoção e proteção da saúde humana, melhoria permanente da qualidade dos serviços e promover o acesso universal e equitativo dos cuidados de saúde no país⁽⁷⁾.

Portanto, o programa nacional de segurança do paciente faz-se necessário porque vem ao encontro do moderno conceito em saúde de prevenção quaternária, que objetiva a detecção de indivíduos em risco de intervenção excessiva em saúde, que pode implicar em procedimentos desnecessários, e sugerir-lhes alternativas eticamente aceitáveis, atenuando ou evitando os eventos adversos.

Legal frameworks to ensure patient safety

Brazil is one of the countries that make up the World Alliance for Patient Safety, established by the World Health Organization in 2004. The main purpose of this alliance is to institute measures that increase patient safety and quality of health services, fostered political commitment by the signatory States⁽¹⁾.

Patient safety has been systematically developed by the National Health Surveillance Agency to protect the health of the population and intervene in risks from the use of products and services subject to it, through practices of surveillance, control, regulation and monitoring of health services and the use of available technologies for care⁽²⁾.

The National Program for Patient Safety was released on April 1, 2013, through Ordinance No. 529 of the Ministry of Health, which defined the relevant concepts in the area of Patient Safety and the main strategies for program implementation: support the implementation of safe practices in hospitals, creating a system of reporting incidents,

Legal frameworks to ensure patient safety

develop protocols and promotion of training processes, and measures to prevent and reduce the occurrence of incidents in health services - events or circumstances that could result or resulting in unnecessary damage to the patient⁽³⁾.

Thus, the programe deploys six protocols in order to guide practitioners in the expansion of patient safety in health services, they are: Safe Surgery; Hand hygiene practice in health services; Prevention of pressure ulcers; Prevention of falls in hospitalized patients; Patient identification and safety in prescribing, use and administration of medications.

Also related to patient safety RDC No. 36 of 25 July 2013, establishing actions for patient safety in health care. It is a compulsory measure in all hospitals in the country, public and private, to create the Centers for Patient Safety (4). These cores should promote actions for the implementation of risk management in the health service, aimed at patient safety, and the integration and multidisciplinary coordination in management processes and risk management. But also deploy and use monitor Protocols Patient Safety.

Safety is the first field of quality in health care. There is no way a good offer medical assistance if this is not done safely. For example, the hospital is necessary to reduce the rates of Related Infections at Health Care and follow safe surgery protocol in order to reduce the occurrence of incidents and adverse events and surgical mortality, allowing increased safety in surgical procedures in the correct location and the correct patient, the prevention of SSI is necessary for patient safety and saving lives⁽⁵⁻⁶⁾.

None of healthcare risk management is effective if the institution is not able to look at your failures with clarity and impartiality, non-judgmental, understanding that in most cases, faults and errors are not the fault of one person alone, but rather a systemic problem that involves the processes on which the institution rests.

The nurses always in search of improving the quality of patient safety through their organizations and societies, among them the Brazilian Nursing Network and Security a strategy of linkage and cooperation in the development of health care, management, research and information, and continuing education in nursing, in order to

contribute to the promotion and protection of human health, constant improvement of service quality and promote universal and equitable access of healthcare in the country⁽⁷⁾.

Therefore, the national program of patient safety it is necessary because it meets the modern concept in health quaternary prevention, which aims to detect individuals at risk for excessive intervention in health care, which can result in unnecessary procedures, and sugerir- them ethically acceptable alternatives, reducing or avoiding adverse events.

Marcos legales para garantizar la seguridad del paciente

Brasil es uno de los países que integran la Alianza Mundial para la Seguridad del Paciente, establecida por la Organización Mundial de la Salud en 2004. El objetivo principal de esta alianza es para instituir medidas que aumentan la seguridad y la calidad de los servicios de salud del paciente, fomentado el compromiso político de los Estados signatarios (1).

La seguridad del paciente se ha desarrollado de manera sistemática por la Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA) para proteger la salud de la población e intervenir en los riesgos derivados del uso de productos y servicios sujetos a la misma, a través de las prácticas de vigilancia, control, regulación y supervisión de los servicios de salud y el uso de las tecnologías disponibles para la atención (2).

El Programa Nacional para la Seguridad del Paciente - PNSP fue puesto en libertad el 1 de abril de 2013, mediante Decreto N° 529 del Ministerio de Salud, que define los conceptos relevantes en el ámbito de la seguridad de los pacientes y las principales estrategias para la implementación del programa: apoyo la aplicación de prácticas seguras en los hospitales, la creación de un sistema de presentación de informes de incidentes, el desarrollo de protocolos y la promoción de los procesos de formación, es decir, medidas para prevenir y reducir la ocurrencia de incidentes en los servicios de salud - eventos o circunstancias que podrían resultar o que resulta en un daño innecesario al paciente (3).

Por lo tanto, el PNPS despliega los seis protocolos con el fin de orientar a los profesionales

en la expansión de la seguridad del paciente en los servicios sanitarios, que son: Cirugía Segura; práctica higiene de las manos en los servicios de salud; Prevención de úlceras por presión; Prevención de caídas en pacientes hospitalizados; Identificación del paciente y la seguridad en la prescripción, el uso y la administración de medicamentos.

También relacionado con la seguridad del paciente RDC N° 36 de 25 de julio de 2013, el establecimiento de acciones para la seguridad de los pacientes en la asistencia sanitaria. Esta es una medida obligatoria para todos los hospitales del país, públicos y privados, para crear los Centros para la Seguridad del Paciente (4). Estos núcleos deben promover acciones para la implantación de la gestión de riesgos en el servicio de salud, dirigido a la seguridad del paciente, así como la integración y la coordinación multidisciplinar en los procesos de gestión y la gestión del riesgo. Además de implementar y monitorear el uso de los protocolos de seguridad del paciente.

La seguridad es el primer campo de la calidad en el cuidado de la salud. Hay ninguna manera una buena asistencia médica si la oferta no se hace esto de forma segura. Por ejemplo, es necesario el hospital para reducir las tasas de infecciones asociadas a la atención sanitaria (IRAS) y seguir el protocolo cirugía segura con el fin de reducir la ocurrencia de incidentes y eventos adversos y la mortalidad quirúrgica, lo que permite una mayor seguridad en procedimientos quirúrgicos en el lugar correcto y al paciente correcto, la prevención de la SSI es necesaria para la seguridad del paciente y salvar vidas (5-6).

Ninguno de gestión del riesgo de salud es efectiva si la institución no es capaz de mirar a sus fracasos con claridad e imparcialidad, sin prejuicios, entendiendo que en la mayoría de los casos, las faltas y los errores no son culpa de una sola persona, sino más bien una problema sistémico que involucra los procesos sobre los que descansa la institución.

Las enfermeras siempre en busca de la mejora de la calidad de la seguridad de los pacientes a través de sus organizaciones y sociedades, entre ellas la Red Brasileña de Enfermería y Seguridad (REBRAENSP) una estrategia de vinculación y cooperación en el desarrollo de la atención de salud, la gestión, la investigación y la información,

y la educación continua en enfermería, con el fin de contribuir a la promoción y protección de la salud humana, la mejora constante de la calidad del servicio y promover el acceso universal y equitativo de la asistencia sanitaria en el país (7).

Por lo tanto, el programa nacional de seguridad de los pacientes es necesario ya que cumple con el concepto moderno de la prevención cuaternaria de la salud, cuyo objetivo es detectar personas en riesgo de una intervención excesiva en el cuidado de la salud, lo que puede dar lugar a procedimientos innecesarios, y sugerir- éticamente alternativas aceptables, reducir o evitar los efectos adversos.

REFERENCIAS

1. Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo desafio global para a segurança do paciente. Manual - cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS). Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; 2009.
2. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Implantação do Núcleo de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde. Brasília: Anvisa; 2014.
3. Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Brasília: MS; 2013.
4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). RDC nº 36 de 25 de julho de 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Brasília: MS; 2013.
5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Protocolo de cirurgia segura. Brasília: Anvisa; 2013.
6. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Investigação de Eventos Adversos em Serviços de Saúde. Brasília: MS; 2013.
7. Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança (REBRAENSP). Acordos Básicos de Cooperação na Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente. São Paulo: REBRAENSP; 2009.